

Agrotóxicos na mídia: uma trajetória do caso do Leite Humano Contaminado¹

Raíza Tourinho dos Reis Silva Lima²

Resumo: O Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, ultrapassando a marca de 1 bilhão de litros por ano. São mais de 434 princípios ativos e 10 mil formulações liberados no País. Neste cenário, um estudo feito durante o mestrado da bióloga Danielly Palma chamou a atenção da mídia brasileira: uma análise feita em 62 amostras de leite humanos de mulheres residentes em Lucas do Rio Verde revelou a presença, em todas elas, de resíduos de agrotóxicos. Neste estudo, traçaremos a trajetória do caso da mídia para entender como uma pesquisa realizada em uma universidade mato-grossense chegou até os grandes veículos de comunicação e que pistas esta trajetória nos dá sobre os modos de produção do jornalismo contemporâneo.

Palavras-Chave: Agrotóxicos. Mídia. Leite Humano. Lucas do Rio Verde. Jornalismo.

1. Introdução

“Recebi a notícia de que meu bebê estava tomando leite com veneno, foi um choque. Perguntei para o médico o que eu tinha que fazer e ele não soube me explicar”. Este depoimento, de uma mãe de um garoto de 10 meses, foi transmitido em rede nacional na manhã do dia 31 de março de 2011 (BRASIL, 2011). Havia uma semana que os resultados de um estudo estavam assustando muitas mães, que se recusavam até a amamentar (AMADOR, 2011), em uma cidadezinha de 37 mil habitantes no coração do Mato Grosso: Lucas do Rio Verde.

A análise de dez tipos de substâncias organocloradas³, conduzida pela bióloga Danielly Palma no seu mestrado no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Mato Grosso, detectou nove agrotóxicos nas amostras coletadas, sendo que um deles, o DDE (um metabólito do DDT, agrotóxico restrito no Brasil desde 1985 e totalmente banido em 1998, mas que possui alta

1 Este estudo é parte integrante da pesquisa de mestrado em andamento “O veneno está na mídia? A cobertura jornalística sobre o caso do Leite Humano Contaminado”.

2 Jornalista e mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Informação, Comunicação e Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (PPGICS/IciCT/Fiocruz). E-mail: raizatourinho@yahoo.com.br

3 Organoclorados são um grupo químico de inseticidas caracterizados pela baixa toxicidade aguda mas alta persistência ambiental. Os agrotóxicos podem ser classificados de acordo com os seguintes grupos químicos: Organofosforados, Carbamatos, Organoclorados, Piretróides sintéticos (inseticidas); Ditiocarbamatos, Fentalamidas (fungicidas); Dinitroferóis, Pentaclorofenol, Fenoxiacéticos, Dipiridilos (herbicidas). (CARNEIRO *et al*, 2015).



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enpja.com.br/



persistência no corpo humano), estava presente em 100% das 62 lactantes, participantes do Programa Saúde da Família do município.

A maioria das amostras (85%) possuía uma contaminação multiresidual, ou seja, por mais de um tipo de agrotóxico – somente em uma delas seis tipos foram encontrados. Além disso, os leites coletados continham o recentemente banido Endossulfan (44%), o Deltametrina, (37%) e o próprio DDT (13%) (PALMA, 2011). Embora tenha apresentado associações positivas entre as mulheres que tinham um histórico de aborto e às expostas a três substâncias já descritas como danosas ao sistema reprodutivo e hormonal (endossulfam, aldrim e deltametrina), a pesquisadora não encontrou diferenças significativas entre as amostras das mulheres da zona rural e da zona urbana.

Optamos por denominar a repercussão deste estudo como o “caso do Leite Humano contaminado”, pois, apesar de não ser um estudo inédito nem mais relevante sobre a presença de contaminantes no leite humano, foi àquele que mais obteve êxito em circular pela esfera pública no Brasil, através de uma extensa cobertura jornalística.

Neste artigo, nosso propósito é traçar uma trajetória de como o caso foi noticiado. Nos interessa encontrar pistas que nos indique como este caso foi divulgado nos meios de comunicação, sendo até os dias atuais citado pela mídia, que praticamente ignora a existência de estudos prévios com resultados semelhantes. Não pretendemos investigar aqui quais foram os sentidos privilegiados nestes conteúdos jornalísticos, entretanto, acreditamos que o contato com estes materiais nos capacite para tecer algumas premissas sobre o assunto.

Para compor este estudo, utilizamos algumas perspectivas teóricas que regem nosso olhar sobre o papel do jornalismo em uma sociedade em vias de midiaticização: consideramos que a comunicação é o processo de produção, circulação e apropriação de bens simbólicos e os veículos de comunicação um espaço de excelência para a produção e disseminação de sentidos sociais. Deste modo, os meios de comunicação se configuram como a principal instância que propicia a existência pública aos temas e sujeitos sociais (ARAUJO; CARDOSO, 2007).

Além disso, entendemos como imprescindível a veiculação midiática sobre os impactos que o consumo exacerbado de agrotóxicos pode exercer sobre a saúde humana. Consideramos que embora a visibilidade não seja um valor em si, ser nomeado confere existência. Assim, a ausência ou a superficialidade da discussão sobre os agravos à saúde provocados pelos agrotóxicos nos



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enpja.com.br/



meios de comunicação gera a possibilidade de incorremos no ciclo vicioso: Invisibilidade – Inexistência – Incomunicação – Negligenciamento – Doença (ARAÚJO; DE LAVOR; AGUIAR, 2012).

2. O leite é apenas um indicador: agrotóxicos no Brasil

O silêncio do médico, de quem a preocupada mãe se queixou em rede nacional, provavelmente não poderia ser outro. A ausência de respostas sobre a gravidade da contaminação, e os possíveis danos futuros, é também da comunidade científica internacional, cujos estudos exigem muito mais tempo e recursos do que a velocidade estonteante que novos químicos são elaborados e lançados no mercado.

Talvez o máximo que o médico pudesse fazer para tranquilizar a mãe – e os jornais às expectadoras – é avisá-las que o leite materno humano está sim contaminado, mas não apenas ele. Ao contrário dos que nos fazem frequentemente pensar, o leite materno não é a mais pura das substâncias. É a mais sensível delas. Por isso, uma série de medicamentos e alimentos não são recomendados para lactantes – sendo os agrotóxicos, presentes na água, no solo, nos alimentos e no ar, um deles.

Apesar de, para um olhar com pouco conhecimento em toxicologia, o fato de até o leite humano apresentar resíduos de agrotóxicos pareça alarmante, o leite materno nada mais é do que uma via de excreção, tal qual suor, urina ou lágrimas. Assim, a substância é considerada pelos toxicologistas como um bom indicador da exposição humana aos chamados POPs (Poluentes Orgânicos Persistentes), categoria que inclui os agrotóxicos organoclorados como os pesquisados por Palma, visto que estes são compostos lipofílicos, ou seja, que se dissolvem na gordura, se acumulando durante anos no organismo humano (por isso a caracterização de persistente). Como a produção de leite materno requer alto teor de gordura, este acaba sendo “consumido” junto aos compostos acumulados no tecido adiposo da mãe (MESQUITA, 2001).

Desde 2008, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos e se consagrou como o maior consumidor de agrotóxicos do Planeta. Apenas em 2013, 1 bilhão de toneladas de insumos foram despejados nas lavouras, algo em torno de 5,2 litros por habitante, em uma conta simplista. Na primeira década do século XXI, enquanto o mercado mundial de agrotóxicos cresceu 93%, o



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enpja.com.br/

mercado brasileiro aumentou 190% e não dá mostras de estagnação (CARNEIRO *et al*, 2015). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que, em apenas uma década, o uso de agrotóxicos saltou de 2,7 quilos por hectare (kg/ha) em 2002 para 6,9 quilos por hectare em 2012, uma variação de cerca de 155% (LISBOA, 2015). Mas nem sempre foi assim.

Ao contrário de países como os Estados Unidos, no qual os agrotóxicos já eram um grande problema na década de 1960, até meados dos anos 1970 a agricultura brasileira não era químico-dependente. A utilização de agroquímicos (agrotóxicos e fertilizantes) no processo de produção se deu juntamente a automação das lavouras. A atuação do Estado brasileiro foi essencial para estimular o crescimento do setor, ao condicionar o crédito rural à fixação de um percentual para compra de agrotóxicos, considerados símbolo da modernidade no campo. O país então se tornou atrativo para as grandes indústrias químicas multinacionais que, no final da década de 1970, começaram a se instalar nas regiões Sul e Sudeste (PORTO, 2013; PERES, 2005).

Contudo, o Porto (2013) cita a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês) para lembrar que, na época, era essa uma política global: “Os incentivos governamentais fizeram parte de uma política mundial [a Revolução Verde] orientada por interesses de mercado para países em desenvolvimento, já que, dos 38 países em desenvolvimento analisados, 26 subsidiavam o uso de agroquímicos” (PORTO, 2013, p. 143). Ainda hoje, entretanto, a utilização dessas substâncias é estimulada no Brasil através de isenções fiscais e concessão de crédito rural condicionado ao uso de agrotóxicos.

Décadas depois da chamada Revolução Verde, essa política de incentivo aos agrotóxicos apresenta resultados nada animadores, especialmente em relação à saúde pública. Além da contaminação aguda, que atinge especialmente os trabalhadores rurais, os agrotóxicos estão associados com outros agravos à saúde, tais quais as intoxicações crônicas – que, pela possibilidade de ser resultado de fatores combinados e exposição prolongada é de difícil identificação do agente causador –, os conflitos agrários – pela intensa relação com o agronegócio e a agricultura de exportação –, além dos suicídios⁴.

4 A vinculação com o suicídio se dá de duas formas: tanto como agente causador, visto que há associação entre doenças mentais e depressão com a exposição aos agrotóxicos, quanto como meio de suicídio. De acordo com o Programa Internacional de Segurança Química - IPCS, aproximadamente um milhão de pessoas morreram

Os efeitos agudos, que aparecem durante ou após o contato da pessoa com o agrotóxico, são os mais visíveis e têm características bem marcantes, como espasmos musculares, convulsões, náuseas, desmaios, vômitos e dificuldades respiratórias. Já os efeitos crônicos, resultado da exposição contínua a um ou mais tipo de insumos, podem ocorrer meses, anos ou até décadas após a exposição, manifestando-se em várias doenças como cânceres, malformação congênita, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais (CARNEIRO *et al*, 2015).

Atualmente, há cerca de 430 ingredientes ativos e 1.400 formulações de agrotóxicos registrados nos Ministérios da Saúde, Agricultura e Meio Ambiente (responsáveis pela aprovação dos insumos) e são permitidos no Brasil de acordo com os critérios de uso e indicação estabelecidos em suas monografias (CARNEIRO *et al*, 2015). Desses, em relação ao risco à saúde, predominam substâncias medianamente tóxicas (33%), seguidas das altamente tóxicas (25%), das pouco tóxicas (24%) e das extremamente tóxicas (18%). Em relação ao ambiente, 38% são consideradas muito perigosas, enquanto as perigosas somam 25%, as pouco perigosas, 8%, as altamente perigosas, 7% — 22% não têm classificação de periculosidade ambiental porque foram registradas antes de 1990 (DOMINGUEZ, 2010).

O mercado bilionário dos agrotóxicos e a alta concentração do setor levam os pesquisadores a acreditarem que o crescimento exponencial da última década indique que o Brasil tenha virado destino final de agroquímicos banidos, visto que dos 50 mais utilizados nas lavouras de nosso país, 22 são proibidos na União Europeia (CARNEIRO *et al*, 2015).

Mato Grosso é estado com maior consumo de agrotóxicos no Brasil, representando 18,9% do uso, seguido por São Paulo (14,5%), Paraná (14,3%) e Rio Grande do Sul (10,8%). “Nota-se (...) que as maiores concentrações de utilização de agrotóxicos coincidem com regiões de maior intensidade de monoculturas de soja, milho, cana, cítricos, algodão e arroz” (CARNEIRO *et al*, 2015, p. 53).

Em 2012, ano mais recente para comparação, foram registrados 3.688 casos de intoxicação por agrotóxico agrícola no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Já o Sistema

intencionalmente no ano 2000 e, possivelmente, um quarto dessas mortes foram resultantes da ingestão de produtos químicos. Nos países do Sul, os agrotóxicos são frequentemente usados em suicídios (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2002, *apud* LOPES, 2008).



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas (Sinitox), que possui uma rede colaboradora bem menor do que a do Sinan, contabilizou 4.656 pessoas intoxicadas pelas substâncias agrícolas no mesmo ano.

O gap entre os dois sistemas está longe de dimensionar o tamanho real do problema no Brasil: por ano, a estimativa do Ministério da Saúde é que ocorram no País mais de 400 mil contaminações por agrotóxicos. Essa estatística é o resultado dos casos notificados (aproximadamente 8 mil em 2002) multiplicados por 50, o fator de correção sugerido pela Organização Mundial de Saúde para tentar suprir a subnotificação e dimensionar todos os casos não relatados (PERES *et al*, 2005).

Um fator correção tão alto demonstra o alto índice de subnotificação e sugere a insuficiência dos sistemas de notificação desse agravo. É interessante notar também que há poucos dados sobre o perfil epidemiológico das vítimas das intoxicações. E o problema da defasagem estatística não ocorre somente nas notificações de intoxicação: faltam dados para compreendermos o real panorama do uso e contaminação por agrotóxicos no Brasil.

Em relação aos alimentos, em 2011 e 2012, foram encontrados resíduos de agrotóxicos em, respectivamente, 78% e 65% das amostras analisadas no Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA). “Em 2010 o resultado foi de 63% das amostras. Todavia, o mais preocupante é a diminuição do número de culturas analisadas com resultados divulgados, o que revela mudanças de metodologia e falta de dados” (CARNEIRO *et al*, 2015, p. 422). Em relação à análise da contaminação da água, o quadro é ainda mais desolador:

76% dos municípios não dispõem desses dados e apenas quatro estados (São Paulo, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Paraná) atingiram proporção de municípios monitorados superior a 40%, cumprindo o plano de amostragem estabelecido pela Portaria 2.914/2011 (BRASIL. MS, 2011). Essa portaria, que define o padrão de potabilidade da água e os critérios de seu monitoramento, exige pesquisa de 27 agrotóxicos (o que equivale a 5% dos 450 ingredientes ativos registrados no país); contudo, segundo o Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul, efetivamente foi investigada a contaminação por apenas 15 agrotóxicos em todo o país. Mesmo assim, das 18 unidades da federação que apresentaram dados, em dez (55,6%) foram encontrados agrotóxicos acima dos valores permitidos. (CARNEIRO *et al*, 2015, p. 422)

3. A contaminação do leite humano

Apesar tenha sido exaustivamente noticiado com surpresa e alarde na mídia nacional, o caso do Leite Materno Contaminado por agrotóxicos estava longe de ser inédito. Dessa vez fora em Lucas do Rio Verde, mas desde 1985 (quando o DDT fora proibido nas lavouras brasileiras) o risco de contaminação do leite humano estava em pauta. Nesta época, em debate na Revista de Saúde Pública, o médico Waldemar de Almeida, professor do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade de Campinas, já alertava para a contaminação pela substância:

Nos países chamados desenvolvidos, o uso do DDT e de outros praguicidas clorados orgânicos poluidores ambientais tem sido bastante diminuído e mesmo proibido nestes últimos 20 anos. Em consequência, os resíduos no tecido adiposo, no sangue e no leite humano foram diminuindo gradativamente. (...) Ao contrário, nos países em desenvolvimento, o uso abusivo do DDT e de outros poluentes ambientais tem continuado, sem quaisquer medidas eficientes para seu controle. (...) Também no Brasil, o teor de DDT no leite materno é cerca de quatro vezes mais elevado do que o máximo permitido no leite de vaca (ALMEIDA, 1985).

Anos antes, a imprensa brasileira já noticiava pesquisas com resultados semelhantes realizadas em outros países. Na literatura científica há inúmeros casos relatados de resíduos por organoclorados no leite materno, com destaque para níveis mais elevados de contaminantes em mulheres residentes em regiões agrícolas com intenso uso de agrotóxicos (LANDRIGAN *et al*, 2002). Embora as regiões, os compostos, amostra e métodos variassem, todos eles tinham um ponto comum: 100% das amostras com resíduos de DDT e/ou DDE.

O DDE esteve presente nas 246 amostras de diferentes regiões da Bielorrússia, em 152 amostras mulheres residentes em três cidades da província de Kwazulu-Natal, África do Sul, em 50 amostras de leite de mulheres residentes em Anupgarh, Índia, e em dez na Indonésia. Resíduos de diversos agrotóxicos foram encontrados também nas 197 amostras analisadas em duas cidades ucranianas, e em 36 amostras de leite (coloostro) de mulheres que tiveram parto prematuro em Harbin, China. No Brasil, a situação não é diferente. Há estudos relatando resquícios de agrotóxicos no leite materno em cidades como Rio de Janeiro e Duque de Caxias (RJ), São Paulo e Ribeirão Preto (SP), Belo Horizonte (MG), Cuiabá (MS) e ao longo do rio Madeira (PALMA, 2011).

Tantos estudos, porém, não podem ser comparados, uma vez que não há normas padrões, e a metodologia de análise, as amostras e os poluentes analisados são diferentes, até quando aplicados



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



no mesmo país. A falta da padronização é um dos problemas apontados pelos especialistas na área, que ainda destacam a ausência de monitoramento governamental em larga escala (com exceção de poucos países do mundo, notadamente na Alemanha e Suécia) e a falta de estudos que acompanhem o desenvolvimento dessas crianças e os possíveis efeitos desses contaminantes no organismo (estudos de coorte) (LANDRIGAN, 2002; MEAD, 2008).

Embora ainda não se saiba com precisão quais são os efeitos que a exposição em tão tenra idade possa acarretar no desenvolvimento destes indivíduos (SOLOMON; WEISS, 2002), os recém-nascidos são naturalmente mais vulneráveis à exposição a agentes químicos presentes no ambiente e, devido as suas características fisiológicas e pelo aleitamento exclusivo até os seis meses, estão mais sujeitos a agravos a saúde ao ingerir o leite contaminado (CARNEIRO *et al*, 2015).

A ausência de estudos mais aprofundados abre um leque imenso de questionamentos sobre a extensão da contaminação. Desde 2013, a professora de estudos de gênero da universidade Texas A&M Joan B. Wolf vem causando polêmica ao defender que, diante da contaminação química do leite materno, os estudos sobre os benefícios do aleitamento são metodologicamente falhos.

No livro “Is breast best?” (A amamentação é o melhor?, em tradução livre. Ainda não lançado no Brasil), Wolf defende que a sociedade possui uma obsessão cultural com a eliminação de risco e chega a afirmar que o monitoramento de poluentes no leite materno não é realizado por medo de que questionamento sobre a segurança da substância provoque uma redução no aleitamento: “Conhecer quais poluentes comprometem a segurança do leite materno é menos importante do que assegurar que as mulheres continuem a amamentar⁵”. Contudo, há praticamente um consenso na comunidade científica de que a presença destes contaminantes no leite materno não invalida as vantagens do aleitamento, além o que esses contaminantes também são encontrados no leite de vaca, fórmulas (processos como a pasteurização não conseguem eliminar agrotóxicos) e alimentos (SOLOMON; WEISS, 2002; PALMA, 2011).

O leite humano é considerado a melhor fonte de nutrição para as crianças até dois anos, justamente por ser feito sob medida para as necessidades dos seres humanos nessa fase da vida.

5 Do inglês *Knowing whether pollutants did compromise the safety of breast milk was less important than ensuring that women continued to breastfeed.*



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enpja.com.br/



Assim, é um alimento completo, que contém um equilíbrio de gorduras, carboidratos e proteínas na medida exata para prover o crescimento e a imunidade dos bebês, além de combater as infecções infantis, desenvolver o cérebro e aumentar a resistência a doenças crônicas como asma, alergias e diabetes. Existem evidências de que até pode aumentar a inteligência e reduzir as chances do desenvolvimento de cânceres na mãe e no bebê (MEAD, 2008).

O leite humano ainda transmite informações do sistema imunológico da mãe, sendo considerado um eficiente imunizador para os bebês (AZEREDO *et al*, 2008; MEAD, 2008; PALMA, 2011). O aleitamento materno considerada a estratégia mais efetiva com foco na criança de combate à morbimortalidade infantil, além de contribuir para o fortalecimento do vínculo entre mãe e bebê (O'CONNOR; VAN ESTERIK, 2012 *apud* KALIL, 2015).

O estudo que acarretou no caso do Leite Humano Contaminado faz parte de um panorama que um grupo de pesquisadores liderado por Wanderlei Pignati (UFMT), orientador do estudo de Palma, vem tecendo no estado do Mato Grosso, com ênfase no município de Lucas do Rio Verde. Cidade ícone do agronegócio, por ano, o município é contemplado com 136 litros de insumos por habitante, média 37 vezes maior que a nacional (5,2 kg/hab). Foram 5,1 milhões de litros em 2010, para suprir 420 mil hectares de lavouras de soja, milho e algodão. Na última década a cidade assistiu os índices de câncer saltarem 3 para 40 para cada 10 mil habitantes e os problemas de malformação por mil nascidos de 5 para 20 (QUADROS, 2014).

Durante dois anos de pesquisa em quatro escolas do município, o grupo de pesquisa de Pignati detectou a contaminação por agrotóxicos em 88% das amostras de sangue e urinas dos professores, sendo que os da zona rural apresentaram o dobro de resíduos do que os da zona urbana. A presença desses poluentes em 83% dos 12 poços de água potável da cidade, em 56% das amostras de chuva (coletadas no pátio das escolas) e de 25% das amostras de ar. Fora isso, eles encontraram resíduos em duas lagoas, e no sangue dos sapos que nelas se encontravam – que possuíam quatro vezes mais ocorrências de malformação congênita do que na lagoa controle – que não apresentavam resíduos desses produtos (PIGNATI *et al*, 2014).

Deste modo, partimos do pressuposto de que os resíduos de agrotóxicos no leite humano nada mais são do que um indício da exposição generalizada a estas substâncias na sociedade. Sendo a mídia um espaço privilegiado de construção e circulação de sentidos sociais (ARAÚJO;



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enpja.com.br/

CARDOSO, 2007), o jornalismo predominantemente contribui para circulação de uma representação de um leite humano puro, resguardado, último reduto de impurezas, que finalmente consegue ser maculado pelos agrotóxicos.

4. Uma trajetória do caso do Leite Humano Contaminado

A reconstituição da trajetória da cobertura midiática sobre o caso do Leite Humano Contaminado foi realizada seguindo os traços que encontramos em buscas virtuais, em dois movimentos: busca especializada no buscador Google e busca ativa em jornais locais e em alguns dos jornais de maior circulação no Brasil no ano de 2011, segundo o ranking da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

Para realizar a busca ativa visando a diversidade de perspectivas regionais, sendo que a maioria dos veículos se concentram no estado de São Paulo⁶, selecionamos os dez primeiros colocados do ranking da ANJ e outros dez veículos de outros estados, privilegiando outras regiões. O resultado pode ser verificado na tabela a seguir.

⁶ De acordo com dados da ANJ, em 2011, o Brasil possuía 652 jornais diários e 3.562 não-diários (4.214 no total) sendo que somente o estado de São Paulo era responsável por quase um terço desse percentual, com 212 diários e 1.215 não-diários em circulação. No estado do Mato Grosso, local onde se deu o caso sobre qual tratamos, circulavam 17 veículos impressos diários e 64 não-diários neste ano.

Posição	Jornal	Estado	Matérias sobre o caso
1	Super Notícia	MG	Sim
2	Folha de S.Paulo	SP	Sim
3	Extra	RJ	Não
4	O Estado de S.Paulo	SP	Não
5	O Globo	RJ	Sim
6	Zero Hora	RS	Não
7	Daqui	GO	Não encontrado
8	Diário Gaúcho	RS	Não
9	Correio do Povo	RS	Não
10	Meia Hora	RJ	Não
16	Estado de Minas	MG	Não
18	Correio*	BA	Não
19	Valor Econômico	SP	Não
20	Correio Braziliense	DF	Não
22	O Tempo	MG	Sim
23	A Tarde	BA	Não
25	Gazeta do Povo	PR	Sim
33	Diário do Nordeste	CE	Sim
36	O Popular	GO	Sim
42	Diário do Pará	PA	Não
46	O Povo	CE	Não

Tabela 1: Existência de matérias publicadas citando o caso, entre 15 de março e 15 de maio de 2011, nos veículos de comunicação de maior circulação do Brasil

Fonte: Elaborado pela autora

Pelo buscador, utilizamos os termos de busca *leite*, *agrotóxicos*, *DDT*, *leite materno* e *UFMT*, limitamos o período desejado para o ano de 2011, classificamos por data e, dentre os mais de 130 resultados obtidos, buscamos delimitar, por ordem cronológica, a repercussão do caso após a divulgação da análise de Palma. Embora o caso seja citado até os dias atuais em matérias sobre agrotóxicos, nosso estudo limita-se aos primeiros 60 dias após a defesa de mestrado de Palma, realizada no dia 15 de março. Desconsideramos neste levantamento republicações e artigos opinativos de blogs (um editorial do Diário do Nordeste foi considerado). Deste modo, o *corpus* considerado neste trabalho se constitui de 40 matérias publicadas entre 15 de março e 28 de abril.



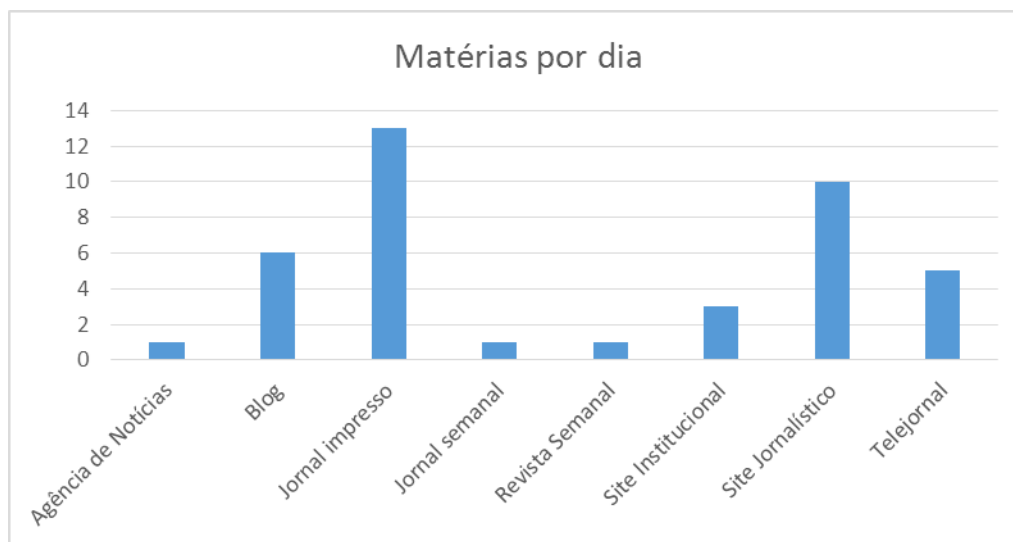
20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



De acordo com os dados obtidos, foi nesta data (15 de março) que o caso inicialmente anunciado no site da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) em razão da divulgação da defesa de mestrado da pesquisadora. A notícia dos resultados da análise da pesquisadora foi publicada pela primeira vez na mídia no site 24 Horas News (site de Cuiabá de pequeno porte, atualmente com cinco jornalistas), dois dias após a defesa (17 de março). No dia 18, sexta-feira, a notícia foi republicada na íntegra no blog do jornalista Luís Nassif, na seção *Fora de Pauta* (local onde leitores comentam notícias e acontecimentos que julgam interessantes, funcionando como um fórum de interatividade entre eles).

Nesse mesmo dia (18), o telejornal Jornal de Mato Grosso, da afiliada Band em Mato Grosso (TV Cidade Verde), fez uma matéria sobre o tema. Apenas na terça-feira, dia 22, a Band nacional veicularia o caso no Jornal da Band e no Band News, que ganharia espaço em diversos veículos nacionais nos dois dias seguintes (Folha de S. Paulo, O Globo, IG, Carta Capital, Brasil de Fato, Globo, Record etc).

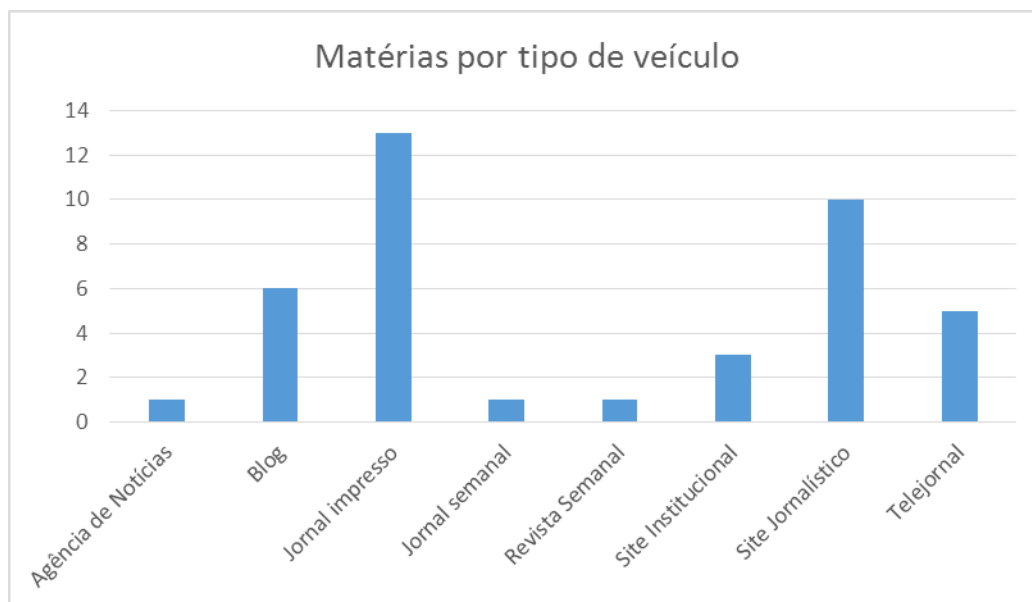
Esta sequência nos faz acreditar, como hipótese, que o gap ocorrido para que o assunto fosse alçado a mídia nacional, entre os dias 18 e 22, se deu pela própria lógica de produção dos veículos de comunicação, cuja equipe e rotina de trabalho são significativamente reduzidas aos finais de semana – apesar de ter sido exibida apenas na terça-feira, um dia antes, o site Turma do Epa já informava que a matéria da Band local seria exibida em rede nacional. Acreditamos que o próprio desenrolar da notícia na internet, possa até ter agregado valor à notícia publicada dias antes pela afiliada, mas não tenha sido um fator preponderante para a circulação do caso (a mídia nacional tradicional só veiculou o caso após a Band Nacional).



Quadro 1: Quantidade de matérias publicadas citando o caso, entre 15 de março e 15 de maio de 2011
Fonte: Elaborado pela autora

Conforme nos mostra o quadro 1, a grande maioria das notícias originais sobre o caso está concentrada no dia 23 de março, um dia após a veiculação pela Band Nacional. A distribuição de notícias sobre o caso continua ao longo das duas semanas seguintes, mas as matérias originais sobre o caso em grandes veículos nacionais ocorrem até o dia 31 de março – quando foi publicada a matéria que abre este artigo no Bom Dia Brasil, telejornal matinal transmitido nacionalmente pela Rede Globo. A partir de então, a repercussão sobre o caso é restrita a imprensa local e aos blogs na internet.

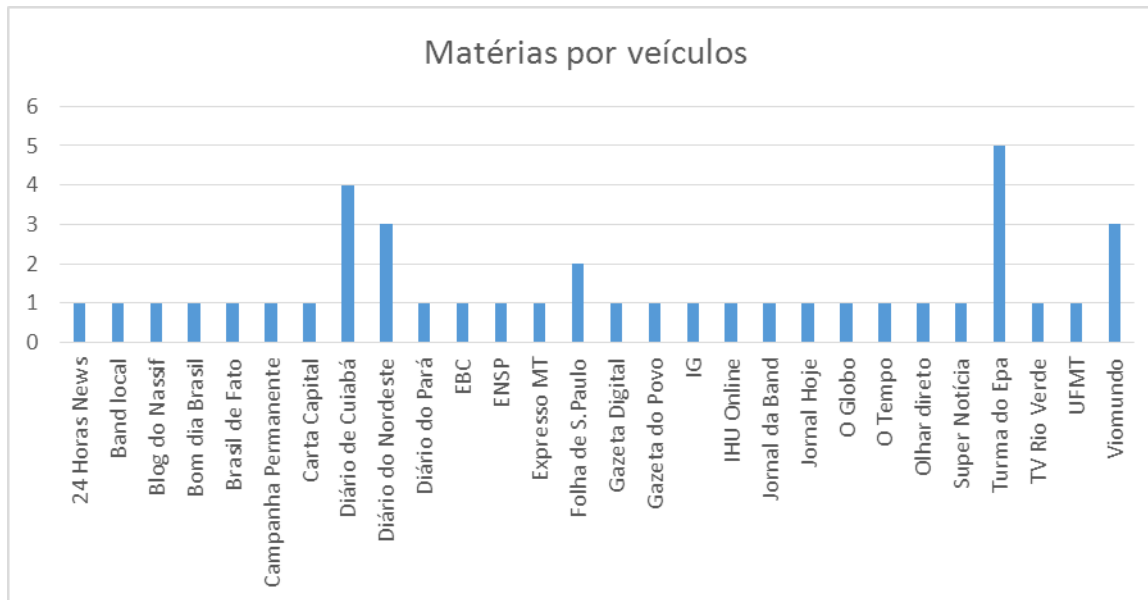
Nem mesmo o debate na Câmara sobre o caso ou a opinião de especialistas, veiculada pela Agência Brasil (2 de abril) despertou novamente o interesse da mídia nacional em suitar (continuar as matérias sobre) o caso, à exceção de alguns veículos com menor porte (como o Diário do Pará). Nos grandes veículos o caso só voltou à tona, como ainda o faz ocasionalmente, por meio de artigos opinativos ou menções pontuais (como na fala do coordenador do Movimento Sem Terra, João Pedro Stédile, na entrevista *Turma do agronegócio só pensa na conta bancária, diz Stedile* veiculada na Folha de S.Paulo, em 17 de abril).



Quadro 2: Quantidade de matérias publicadas por tipo de veículo de comunicação
Fonte: Elaborado pela autora

O quadro 2 nos mostra que os jornais impressos (com 13 matérias), seguidos dos sites jornalísticos (10), foram os veículos que mais publicaram matérias originais sobre o caso. Já as Agências de Notícias, Revistas e Jornais semanais foram as categorias de veículos de comunicação que menos encontramos matérias, com uma cada.

Por fim, o quadro 3, nos mostra que os veículos locais Turma do Epa (5 matérias) e Diário de Cuiabá (4) foram os que mais se detiveram sobre o caso, seguidos pelo blog Viomundo e o jornal Diário do Nordeste, com três cada. É interessante notar que a grande maioria dos veículos se restringiram a noticiar o caso, sem se preocupar em voltar ao tema para registrar sua repercussão.



Quadro 3: Quantidade de matérias publicadas por veículo de comunicação

Fonte: Elaborado pela autora

4. Conclusão

Em uma sociedade marcada pela *mediatização* (FAUSTO NETO, 2007), processo de imbricamento entre a mídia e a sociedade, a mídia se tornou a substituta contemporânea das grandes narrativas míticas que organizam a percepção de mundo. Neste cenário, a mídia toma leituras da realidade, articula com seus dispositivos e lógicas e as transforma em ‘verdades’, tanto mais naturalizadas por esconderem a polifonia e a heterogeneidade atrás de uma aparência homogeneizada. O discurso midiático opera com categorias cuja força instituinte é reforçada pelo poder da mídia de constituição do real (ARAÚJO; CARDOSO, 2009).

Diante disso é essencial compreender o papel da mídia contemporânea exerce sobre a sociedade, e para tanto, é imprescindível entendermos suas lógicas de produção e transformação de acontecimentos em notícia. Foi neste sentido que tentamos reconstituir o modo pelo qual os resultados de estudo de mestrado alçaram a mídia nacional e repercutiu na esfera pública, gerando debates, força-tarefa de investigação governamental, recusa das mães em amamentar seus filhos etc.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



Este estudo indicou algumas pistas para a reconstituição da trajetória do caso do Leite Humano Contaminado na mídia e serve de embasamento para investigações vindouras. Cabe destacar aqui que as nossas limitações para estabelecer com precisão como o caso se deu: utilizamos apenas meios digitais para realizar este levantamento, excluindo deste modo todos os registros não rastreáveis online; não houve qualquer tipo de entrevista ou contato com os produtores destas notícias, e, portanto, as condições de produção e o modo como foi determinado o valor-notícia desta pauta só puderam ser tecidas como hipóteses, a serem refutadas ou comprovadas por estudos posteriores.

Uma dessas hipóteses é que a presença da mídia na banca de defesa levou a circulação do caso na imprensa – a repórter do blog Viomundo, Manuela Azenha, declarou em uma das reportagens que produziu sobre o caso que esteve presente à defesa de dissertação da bióloga Danielly Palma –. Não sabemos se a repórter do Hora News que publicou inicialmente o caso, ou a repórter da Band que publicou no dia seguinte, também estiveram na banca, mas podemos inferir que depois que o caso foi veiculado pela rede nacional, diversos grandes veículos se interessaram pelo caso e o veicularam a seguir, sem, contudo, acompanhar os desdobramentos do caso.

Outra observação que nos chamou a atenção foi a ausência, no material encontrado, do levantamento de casos similares. Mesmo que a própria dissertação ainda não estivesse disponível, fato inclusive criticado no site Turma do Epa, outros estudos brasileiros já estavam disponibilizados na internet, desmentindo o ineditismo do caso. Além disso, quase nenhuma reportagem busca compreender o real perigo que a presença desses contaminantes no leite humano representa para os bebês. Isto nos leva a questionar a lógica imediatista, instantânea e superficial que rege atualmente a produção de notícia nos grandes veículos de comunicação.

Referências

AMADOR, J. R. Mães pararam de dar o peito aos filhos em Lucas. **Turma do Epa**. 28/03/2011. Disponível em <<http://www.turmadoeqa.com.br/conteudo/show/secao/1/materia/180>> Acesso em 10 de julho de 2015.

ALMEIDA, W. et al. Agrotóxicos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, Junho,1985.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/

ARAUJO, I. S. Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde. **RECHS**, v.3, n.3, 2009.

ARAUJO, I. S. e CARDOSO, J. M. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

ARAUJO, I. S.; MOREIRA, A. DE LAVOR; AGUIAR, R. **Comunicação e negligenciamento: algumas questões em movimento**. Fortaleza: Intercom, 2012.

AZEREDO, A. et al. DDT and its metabolites in breast milk from the Madeira River basin in the Amazon, Brazil. **Chemosphere**, v. 73, n. 1, p. S246-S251, 2008.

BRASIL, Bom dia. **Presença de agrotóxicos em leite materno assusta mulheres de MT**. 31/03/2011. Disponível em <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/03/presenca-de-agrotoxicos-em-leite-materno-assusta-mulheres-de-mt.html>>. Acesso em 06 de abril de 2015.

CARNEIRO, F. et al. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2015.

DOMINGUEZ, B. Proteção para quem?. **Radis: comunicação e saúde**, Rio de Janeiro, n. 95, p.11-15, jul. 2010.

FAUSTO NETO, A. Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos. **Diálogos Possíveis-Revista da Faculdade Social da Bahia**, v. 6, n. 2, p. 01-15, 2007.

FREITAS, C. M.; PORTO, M.F. **Saúde, ambiente e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

LISBOA, V. **Uso de agrotóxicos no Brasil cresce mais de duas vezes e meia em dez anos**. Agência Brasil, Brasília: 19.06.2015. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/06/uso-de-agrotoxicos-no-brasil-cresce-mais-de-duas-vezes-e-meia-em-dez-anos>>

LANDRIGAN, J. P et al. Chemical Contaminants in Breast Milk and Their Impacts on Children's Health: An Overview. **Environmental Health Perspectives**. 2002.

MEAD, M. Nathaniel. Contaminants in Human Milk: Weighing the Risks against the Benefits of Breastfeeding. **Environmental Health Perspectives**. Vol. 116 nº 10, Outubro de 2008.

MELLO, J. L. **Avaliação da contaminação por HCH e DDT, dos leites de vaca e humano, provenientes da Cidade dos Meninos, Duque de Caxias – RJ**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, 1998.

MESQUITA, S. A. **Avaliação da contaminação do leite materno por pesticidas organoclorados persistentes em mulheres doadoras do Banco de leite do Instituto Fernandes Figueira, RJ**. Tese (Doutorado). Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2001.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/

PALMA, D. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde –MT.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Cuiabá, 2011.

PERES, F.; MOREIRA, J. C.; DUBOIS, G. S. Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema 21 in PERES, F; MOREIRA, J. C. **É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

PERES, et al. **Desafios ao estudo da contaminação humana e ambiental por agrotóxicos.** Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 10, Supl. 0, set/dez 2005.

PIGNATI, W. et al. **Resumo executivo dos Impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente nos municípios do “interior” de Mato Grosso, Brasil.** 2014.

PINTO, M. J. **Comunicação e Discurso: Introdução à análise de discursos.** São Paulo: Hacker, 2004.

PORTO, M. F. S. **Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental.** Ed. Fiocruz, 2ª edição, Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Injustiça Ambiental no Campo e nas Cidades: do agronegócio químico-dependente às zonas de sacrificio urbanas** in Porto et al **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

QUADRO, Vasconcelo. **Brasil consome 14 agrotóxicos proibidos no mundo.** IG São Paulo: 24.02.2014. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-02-24/brasil-consome-14-agrotoxicos-proibidos-no-mundo.html>>

SOLOMON, G. M.; WEISS, P. M. Chemical contaminants in breast milk: time trends and regional variability. **Environmental Health Perspectives**, v. 110, n. 6, p. A339, 2002.

WOLF, Joan B. **‘Is breast best?’ Taking on the breastfeeding experts and the new high stakes of motherhood.** New York & London: New York University Press, 2011.